

**CONV 791/03**

**NOTA DE ENVIO**

---

de: Secretariado

para: Convenção

---

Assunto: **Ficha analítica das propostas de alteração relativas às cooperações reforçadas**  
**Projectos de artigos da Parte III (artigos III-318.º a III-325.º – ex-artigos I a O) da Constituição**

---

Junto se envia, à atenção dos membros da Convenção, a ficha analítica das propostas de alteração relativas às disposições da Parte III em matéria de cooperações reforçadas (artigos III-318.º a III-325.º – ex-artigos I a O) da Constituição.

A ficha analítica das propostas de alteração relativas à Parte I, Título V, artigo I-43.º (ex-artigo 32.º-B) consta já do documento CONV 779/03.

**FICHA ANALÍTICA DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO**  
**RELATIVAS ÀS COOPERAÇÕES REFORÇADAS:**

**PARTE III, artigos III-318.º a III-325.º (ex-artigos I a O)**  
**da CONSTITUIÇÃO**

**Parte III: Artigos III – 318.º a III – 325.º (ex-artigos I a O)**

**Artigo III – 318.º: (ex-artigo I – Formas especiais de cooperação no domínio da PESD)**

*O disposto no artigo [32.º-B] da Constituição e nos artigos [J a P] seguintes não se aplica às formas de cooperação previstas no domínio da defesa pelo artigo [30.º] da Constituição, que se regem especificamente pelos artigos [18.º a 21.º] (Parte III) da Constituição.*

**Análise das propostas de alteração**

- Abrir o âmbito de aplicação das cooperações reforçadas nos domínios da defesa, com excepção do lançamento e da condução de operações de gestão de crises, sem prejuízo das outras formas específicas de cooperação já previstas neste domínio (art. III – 206.º, 208.º e 209.º, ex-art. 18.º, 20.º e 21.º). (*alt.1, de Villepin, alt.3, Fischer, alt.4, Michel + 4*).
- Não excluir do âmbito de aplicação das cooperações reforçadas a criação de uma agência de armamento (art. III– 207.º, ex-art. 19.º). (*alt.1, de Villepin; alt.3, Fischer*).
- Tornar aplicáveis as disposições sobre a cooperação reforçada no domínio da defesa, inclusivamente para as formas de cooperação previstas neste domínio, sem prejuízo das disposições específicas previstas nesta matéria (*alt. 5, Queiró*).

- Tornar aplicáveis à cooperação "estruturada" as garantias institucionais e os processos das cooperações reforçadas (art. III-208.º, ex-art. 20.º), (*alt. 12, Brok + 25 PPE*)
- Fazer depender o lançamento de uma cooperação "estruturada" na aceção do artigo III-208.º (ex-art. 20.º) de uma autorização do Conselho, deliberando por unanimidade (*alt. 9, Fini e Speroni*)
- Tornar aplicáveis as disposições sobre a cooperação reforçada no domínio da defesa, e excluir as formas de cooperação especiais previstas neste domínio (*alt. 11, Kiljunen*)
- Excluir o domínio da defesa do âmbito de aplicação das cooperações reforçadas (*alt. 7, Hjelm-Wallen, Lekberg, Petersson, Kvist; alt. 8, Lennmarker; alt. 10, Hain*)
- Excluir o domínio da PESC do âmbito de aplicação das cooperações reforçadas (*alt. 7, Hjelm-Wallen, Lekberg, Petersson, Kvist; alt. 8, Lennmarker*)
- Limitar as cooperações reforçadas no domínio da PESC à implementação de uma acção ou de uma posição comum, à semelhança do disposto no Tratado de Nice (*alt. 6, Roche; alt. 10, Hain; ver também alt. 10 sobre o art. III-322.º, ex-art. M, Lopes + 2*)
- No domínio da PESC, reintroduzir o artigo 27.º-B do TUE (*alt. 6*)

Artigo III-319.º: (ex-artigo J – condições gerais)

*As cooperações reforçadas previstas devem respeitar a Constituição e o acervo da União.*

*Tais cooperações não poderão prejudicar o mercado interno, nem a coesão económica e social. Não poderão constituir uma restrição nem uma discriminação ao comércio entre os Estados-Membros, nem provocar distorções de concorrência entre eles.*

**Análise das propostas de alteração**

- Aditar, no primeiro parágrafo, a condição do respeito do quadro institucional da União (*alt. 5, Michel + 4; Roche, alt. 7*)

- Facultar à Comissão a possibilidade de derrogar aos limites previstos no segundo parágrafo, no âmbito do processo de autorização (*alt. 2, de Villepin*)
- Suprimir o segundo parágrafo (*alt. 4, Fischer*)
- Substituir o segundo parágrafo pelo artigo 43.º do TUE (*alt. 6, Queiró*) ; Substituir o artigo pelo artigo 43.º do TUE, no artigo 43.º da Constituição (ex-art. 32.º-B), (*alt. 8, Lopes + 2*)
- Não aplicação das cooperações reforçadas em relação às decisões do Conselho que identifiquem o interesse estratégico comum da União (*alt. 1, Balazs*)

**Artigo III – 320.º: (ex-artigo K – relações com os não participantes)**

*As cooperações reforçadas previstas respeitarão as competências, direitos e deveres dos Estados-Membros não participantes. Estes não dificultarão a sua execução por parte dos Estados-Membros participantes.*

**Análise das propostas de alteração**

Substituir o artigo pelo artigo 43.º do TUE, a inserir no artigo 43.º da Constituição (ex-art. 32.º-B), (*alt. 3, Lopes + 2*)

**Artigo III – 321.º: (ex-artigo L – princípio da abertura)**

*1. As cooperações reforçadas estão abertas a todos os Estados-Membros aquando da sua instituição, desde que sejam respeitadas as condições de participação eventualmente fixadas na decisão de autorização. Estão-no também a qualquer outro momento, desde que sejam respeitados, para além das eventuais condições acima referidas, os actos já adoptados nesse âmbito.*

*A Comissão e os Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada assegurarão que seja facilitada a participação do maior número possível de Estados-Membros.*

*2. A Comissão e, se for caso disso, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, informarão regularmente todos os membros do Conselho da evolução das cooperações reforçadas.*

## **Análise das propostas de alteração**

- Substituir "facilitada" ("facilitate") por "encorajada e promovida pelos meios adequados" ("encourage and promote by appropriate means"), (alt. 1, Balazs); aditar "encorajada" ("encourage"), (alt. 5, Roche)
- Suprimir a referência às eventuais condições de participação (alt. 5, Roche, alt. 6, Lopes + 2)

### Artigo III – 322.º: (ex-artigo M – processo de autorização)

*1. Os Estados-Membros que pretendam instituir entre si uma cooperação reforçada num dos domínios referidos na Constituição, com excepção da Política Externa e de Segurança Comum, devem dirigir um pedido nesse sentido à Comissão, especificando o âmbito de aplicação e os objectivos prosseguidos pela cooperação reforçada prevista. A Comissão pode apresentar ao Conselho uma proposta para o efeito. Caso não apresente proposta, a Comissão informará os referidos Estados-Membros das razões que a motivaram.*

*A autorização para dar início à cooperação reforçada é concedida por decisão do Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu.*

*2. No âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, os Estados-Membros que pretendam instituir entre si uma cooperação reforçada devem dirigir um pedido nesse sentido ao Conselho. Esse pedido será transmitido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que emitirá parecer sobre a coerência da cooperação reforçada e a Política Externa e de Segurança Comum da União, bem como à Comissão, que emitirá parecer, nomeadamente, sobre a coerência da cooperação reforçada prevista com as outras políticas da União. O pedido será igualmente enviado ao Parlamento Europeu, para informação.*

*A autorização para dar início à cooperação reforçada é concedida por decisão do Conselho, deliberando por maioria qualificada.*

## **Análise das propostas de alteração**

- Foram apresentadas diversas propostas destinadas a facilitar o processo de autorização prevendo que possa ser desencadeada uma cooperação reforçada desde que a Comissão aprove um pedido nesse sentido da parte de um certo número de Estados-Membros, salvo decisão em contrário do Conselho, por maioria qualificada, ou do Parlamento Europeu, por maioria reforçada. Nessas mesmas propostas recomenda-se que a Comissão possa apresentar uma proposta de cooperação reforçada, independentemente de um pedido prévio de Estados-Membros (e sem prejuízo da livre escolha dos Estados-Membros quanto a participarem ou não). (alt. 1, de Villepin; alt. 3 Michel + 4; alt. 6, Fischer).

– No domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal, um grupo de Estados-Membros poderia dirigir um pedido directamente ao Conselho se a Comissão não apresentasse nenhuma proposta nesse sentido (*alt. 1, de Villepin; alt. 7, Haenel*). O Parlamento Europeu seria informado dessa diligência (em vez de lhe ser solicitado o parecer favorável), (*alt. 7, Haenel*).

– Possibilidade de submeter a questão à apreciação do Conselho Europeu, que deliberaria por unanimidade, nos domínios diferentes da PESC (*alt. 4, Queiró*), apenas no domínio da PESC (*alt. 9, Hain*).

– No domínio da PESC, a autorização do Conselho deveria ser conferida por unanimidade (*alt. 4, Queiró; alt. 11, Muscardini*). Igualmente unanimidade nos domínios que não a PESC (*alt. 11, Muscardini*)

– No domínio da PESC, o Parlamento Europeu deveria ser consultado e não só informado (*alt. 3, Michel + 4*)

– No domínio da PESC, a autorização só poderia incidir na execução de uma acção da União (v. *supra*), (*alt. 10, Lopes + 2*)

– Uma proposta de alteração confere ao Ministro dos Negócios Estrangeiros um papel idêntico ao da Comissão no que toca ao processo de autorização no âmbito da PESC (*alt. 8, Berès, Duhamel e Fayot*)

Artigo III – 323.º: (ex-artigo N – processo relativo à participação posterior de outros Estados-Membros)

*1. Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada deverá notificar a sua intenção ao Conselho, à Comissão e, se for caso disso, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.*

*Num prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação, a Comissão confirmará a participação do Estado-Membro em questão. Constatará, se necessário, que estão preenchidas as eventuais condições de participação, e estabelecerá as disposições transitórias consideradas necessárias no que se refere à aplicação dos actos já adoptados no âmbito da cooperação reforçada.*

*Contudo, se considerar que não estão preenchidas as eventuais condições de participação, a Comissão indicará as medidas a tomar para satisfazer essas condições e estabelecerá um prazo para voltar a analisar o pedido de participação. Ao proceder a essa análise, a Comissão deliberará em conformidade com o disposto no parágrafo anterior. Se a Comissão considerar que continuam a não estar preenchidas as eventuais condições de participação, o Estado-Membro em questão poderá solicitar uma decisão do Conselho a este respeito, deliberando este por maioria qualificada, nos termos do [n.º 3 do artigo 32.º-B] da Constituição. O Conselho poderá também estabelecer, sob proposta da Comissão, as disposições transitórias acima referidas.*

*2. No âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho confirmará a participação do Estado-Membro em questão, após consulta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Constatará, se necessário, que estão preenchidas as eventuais condições de participação. O Conselho poderá também estabelecer disposições transitórias, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Contudo, se considerar que não estão preenchidas as eventuais condições de participação, o Conselho indicará as medidas a tomar para satisfazer essas condições e estabelecerá um prazo para voltar a analisar o pedido de participação.*

*Para efeitos do presente número, o Conselho delibera por maioria qualificada, nos termos do [n.º 3 do artigo 32.º-B] da Constituição.*

### **Análise das propostas de alteração**

– Suprimir o processo de pedido de decisão do Conselho em caso de segunda recusa da Comissão em aceder ao pedido dos Estados-Membros para que seja autorizada uma cooperação reforçada (*alt. 3, Michel + 4, alt. 6, Lopes + 3*)

– Suprimir a referência às eventuais condições objectivas de participação (*alt. 4, Queiró, alt. 5, Roche*)

– Dar aos participantes numa cooperação reforçada a possibilidade de se retirarem (*alt. 4, Queiró*)

Artigo III – 324.º: (ex-artigo O – Financiamento)

*As despesas decorrentes da execução de uma cooperação reforçada que não sejam custos administrativos em que incorram as Instituições ficam a cargo dos Estados-Membros participantes, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade de todos os membros que o compõem após consulta ao Parlamento Europeu.*

**Análise das propostas de alteração**

- Alteração processual para o recurso ao Orçamento comunitário, a saber, o processo de autorização (em vez da decisão unânime do Conselho), (*alt. 1, de Villepin*)

Artigo III – 325.º: (ex-artigo P – Princípio da coesão)

*O Conselho e a Comissão garantem a coerência das acções empreendidas no âmbito de uma cooperação reforçada, bem como a coerência dessas acções com as políticas da União, cooperando para o efeito.*

**Análise das propostas de alteração**

Não foram apresentadas propostas.